

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.596 - MG (2019/0237414-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **FRICARDE S/A INDUSTRIA E COMERCIO**
OUTRO NOME : **RIO BRANCO ALIMENTOS S/A**
ADVOGADO : **LUIZ EDUARDO ANDRADE MESTIERI E OUTRO(S) - MG083190**
AGRAVADO : **JOSÉ FRANCISCO PEREIRA**
ADVOGADO : **JULIANO PROBST SENA - MG112381**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por FRICARDE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Outro nome: RIO BRANCO ALIMENTOS S.A.). O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

" APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - CERCEAMENTO DE DEFESA - LIDE QUE ENVOLVE ALEGAÇÃO DE SIMULAÇÃO - SENTENÇA CASSADA. Diante da alegação de simulação, o julgamento do feito, sem a instrução é precipitado, sendo necessária a dilação probatória. Segundo o princípio da verdade real, o julgador não pode se contentar com a mera verdade formal, cumprindo-lhe deferir e até mesmo determinar, de ofício, a produção de quaisquer provas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos narrados na exordial" (fl. 178 e-STJ).

Nas razões do especial, a agravante alegou violação dos seguintes dispositivos com as respectivas teses:

a) arts. 141, 492 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - negativa de prestação jurisdicional e

b) arts. 202 e 206, § 3º, IV, do Código Civil e 332 do Código de Processo Civil de 2015 - necessidade de reconhecimento da prescrição, porque inexistente, na espécie, fato inequívoco a justificar a interrupção do prazo e prescricional em relação à resilição unilateral do contrato pela ré/recorrida em 2012.

Com as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do

recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que o tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de omissão ou de deficiência de fundamentação apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DO ATO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/15. NÃO CARACTERIZADA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME NA VIA ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADO.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022 do CPC/15, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.654.518/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 13/6/2017, DJe 22/6/2017- grifou-se).

Quanto ao mais, pretende a recorrente que seja reconhecida a prescrição quanto aos pedidos formulados na inicial, visto que eventuais tratativas entre as partes para fins de celebração de novo negócio jurídico não configuram causa interruptiva do prazo prescricional. No entanto, o acórdão recorrido, por entender ser necessária a dilação probatória, acolheu a preliminar de cerceamento de defesa para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à origem para a regular instrução do feito, a fim de serem esclarecidos os fatos narrados na exordial.

Eis excerto do voto condutor na parte que interessa:

"(...)

Trata-se de ação de indenização proposta pelo autor decorrentes da alegada rescisão unilateral de contrato por meio do qual a requerida adquiria frangos da granja mantida pelo autor.

O Juiz singular às fls. 101/102v julgou liminarmente improcedente o pedido inicial nos termos do artigo 487, II do NCPC

Contudo, na inicial, bem como nas razões recursais o autor defende a ocorrência de simulação. Ressalta que a resilição contratual foi a primeira etapa de várias outras atitudes simulatórias da recorrida com o intuito de prejudicar o apelante.

No caso em comento, o julgamento liminar acolhendo a prescrição se mostra precipitado, diante da necessidade da dilação probatória para a apuração da verdade real.

(...)

Oportuno salientar que a produção das provas constitui faculdade do julgador, seu destinatário, a quem é autorizado, em busca da apuração da verdade e da elucidação dos fatos, determinar a realização de todos os tipos de provas em direito admitidas, bem como indeferir aquelas entendidas como impertinentes, inúteis ou protelatórias.

O art. 370 e parágrafo único do Código de Processo Civil não deixa dúvidas quanto ao poder -dever do juiz em dirigir e instruir o processo, determinando, inclusive de ofício, a realização das provas que reputar necessárias ao desate do litígio, verbis:

(...)

Ora, não se pode perder de vista que o processo não é um fim em si mesmo, mas, antes, um instrumento para a solução dos conflitos de interesses entre os litigantes.

Dessa feita, prestigiando uma visão instrumentalista, a melhor solução para a lide é a anulação parcial do processo, a partir da sentença, com o retorno dos autos à instância singular para a produção da prova requerida.

Portanto, é imperativa a abertura da instrução probatória, a fim de formar o convencimento do Julgador, bem como a prestação jurisdicional possa ser realizada com efetividade.

Não se pode perder de vista que o Processo Civil contemporâneo vem afirmando, cada vez com maior ênfase, o princípio da verdade real, pelo que o julgador não pode se contentar com a mera verdade formal, cumprindo-lhe deferir e até mesmo determinar, de ofício, a produção de quaisquer provas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos narrados na exordial" (fls. 181/183 e-STJ).

Nesse contexto, para prevalecer a pretensão em sentido contrário à conclusão do tribunal de origem, que entendeu ser necessária a dilação probatória para apuração da verdade real, mister se faz a revisão do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável nesta instância superior, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C DECLARATÓRIA, COBRANÇA E RESSARCIMENTO DE DANOS. OFENSA AO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO.

RECURSO PROTELATÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não há falar em ofensa ao art. 1.022 do NCPC quando o Tribunal de origem se manifesta clara e fundamentadamente acerca das questões que lhe foram postas em debate.

3. Por ser o Juiz o destinatário da prova, cabe a ele, com base em seu livre convencimento, avaliar a necessidade de sua produção. Rever a conclusão a que chegou o acórdão recorrido e a necessidade ou não de dilação probatória, ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial a teor da Súmula nº 7 do STJ.

4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa" (AgInt no AREsp 1342125/MS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial, mas negar-lhe provimento.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015) porque não fixados honorários sucumbenciais na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator